

Este trabalho tem por objetivo a inscrição para **apresentação oral** no V SiPEQ, na área **psicologia**, modalidade **hermenêutica**.

SERENIDADE E PACIÊNCIA COMO POSSÍVEIS FUNDAMENTOS PARA A MENSURAÇÃO PSICOLÓGICA

Nome autor: Víctor Portavales Silva

Instituição: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

E-mail: victorportavales@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo empreender um exercício de pensamento acerca da utilização dos testes psicológicos em uma clínica psicológica comprometida com as reflexões da filosofia existencial e da fenomenologia. A primeira parte do artigo trata da reconstrução histórica sobre o uso dos testes psicológicos no Brasil. Essa reconstrução visa desvelar o sentido tomado inicialmente pela prática da mensuração psicológica. A segunda parte irá deter-se sobre as práticas atuais de testagem psicológicas, com enfoque na consolidação, na regulamentação e na utilização em massa dos testes psicológicos. Na terceira parte iremos refletir sobre as possibilidades de aproximação entre os testes psicológicos e esse modelo de clínica. Para isso, iremos apresentar um caso clínico dessa perspectiva, em que esteja presente o uso de testes psicológicos, para verificar que fundamentos sustentam essa utilização. Em conclusão, retomaremos a noção de serenidade (*Gelassenheit*), de Martin Heidegger, e a noção de paciência, de Søren Aabye Kierkegaard como fundamentos possíveis.

Palavras-chave: Testes Psicológicos, Psicologia Clínica, Mensuração Psicológica, Fenomenologia-Hermenêutica.

Resumo

This paper aims to undertake an exercise in thinking about the use of psychological tests in a psychological clinic committed to the reflections of existential philosophy and phenomenology. The first part of the article deals with the historical reconstruction of the use of psychological tests. This reconstruction aims at unveiling the meaning initially taken by the practice of psychological measurement. The second part will present the current psychological testing practices, focusing on consolidation, regulation, and mass use of psychological testing. In the third part we will discuss the possibilities of approximation between the psychological tests and this clinical perspective. For this, we will carry out a review of clinical cases of this perspective, in which the use of psychological tests is present, to verify what grounds support this use. In conclusion, we will return to Martin Heidegger's notion of serenity (*Gelassenheit*) and Søren Aabye Kierkegaard's notion of patience as possible grounds.

Keywords: Psychological Tests, Clinic Psychology, Psychological Measurement, Hermeneutic Phenomenology.

Introdução

O presente artigo pretende realizar uma análise inspirada na fenomenologia-hermenêutica, sobretudo na ideia de destruição fenomenológica (*Destruktion*), de Martin Heidegger. Sendo assim, a análise não seguirá o caminho comumente associado ao termo, de exame minucioso que tem por objetivo a decomposição em partes e o estabelecimento de quantidades e qualidades, como se costuma realizar nos trabalhos científicos. Nossa análise

irá pautar-se no sentido mais originário do termo, que deriva do *analisein* grego, caracterizado pelo movimento de desvelamento, como no destecer de uma trama, tal como discutido por Heidegger (2009).

A escolha do tema motiva-se inicialmente pelos dados revelados por Bastos e Gomide (1989), que mostram que em 1989 a aplicação dos testes já era a segunda atividade mais exercida pelos psicólogos brasileiros, e por Bastos e Gondim (2010), que concluem que no ano de 2010 a avaliação psicológica ocupava a posição de atividade mais desempenhada por esses profissionais. Apesar de sua posição de destaque, a disseminação das práticas de testagem psicológica nos traz uma preocupação quanto à possibilidade de uma aplicação irrefletida, sobretudo em relação aos aspectos éticos envolvidos. Ao observar a relação de processos éticos instaurados contra psicólogos junto aos conselhos, que são divulgados no periódico do Conselho Federal de Psicologia, notamos que grande parte dos processos estão relacionados à aplicação irresponsável ou inadequada de testes psicológicos, ou mesmo por problemas presentes na elaboração de laudos psicológicos, alguns deles baseados na aplicação dos testes.

Essa preocupação ética é ainda maior dentre os psicólogos que pretendem trabalhar em uma clínica inspirada na filosofia existencial e na fenomenologia, que propõe o exercício de uma ética do cuidado. Ao referirmo-nos à ética do cuidado estamos retomando a discussão de Santos e Sá (2013) sobre o sentido de cuidado (*Sorge*) na obra de Martin Heidegger. Dentro desta discussão, o cuidado é tomado como “unidade existencial-ontológica do ser-aí” (SANTOS & SÁ, 2013), que pode manifestar-se nas relações com outros homens como preocupação, de modo substitutivo ou antepositivo, ou como indiferença. A indiferença e a preocupação substitutiva são os modos em que na maioria das vezes nos relacionamos. Ao modo da indiferença, supõem-se evidências, naturalizam-se os sentidos e nivelam-se as diferenças. A preocupação como substituição, por sua vez, ocupa-se de tomar para si as tarefas de outrem, para liberá-lo delas ou devolvê-las prontas.

A substituição está relacionada, portanto, à tutela, porque obscurece a abertura da existência em seu caráter de liberdade, como nos apontam Feijoo e Protasio (2010). A clínica psicoterápica alicerçada nos critérios científicos adota, comumente, o cuidado ao modo da substituição. E o que predomina na cotidianidade mediana é a preocupação ao modo da indiferença. A clínica existencial, por outro lado, busca exercitar-se em uma terceira forma do cuidado, denominada anteposição ou libertadora.

A anteposição, por outro lado, opõe-se ao cálculo e à tutela, pois se trata de um movimento de abertura que desvela o caráter incontornável da liberdade na existência. Antepor é assumir uma posição que permita a manifestação das possibilidades próprias do outro, manifestação esta que não fica obscurecida, como costuma ocorrer na substituição ou na indiferença. Na preocupação como anteposição é necessário, portanto, abandonar quaisquer respostas previamente constituídas. Na clínica, isso significa dar um passo atrás, e permitir que o fenômeno manifeste-se por si mesmo, sem impor-lhe finalidades. A ética do cuidado caracteriza-se pela anteposição como modo de lida da clínica existencial.

Os testes psicológicos apresentam inicialmente um problema para essa clínica. Isto ocorre porque esses dispositivos costumam aludir, de início e na maioria das vezes, a uma visão instrumental, mais comumente associada à psicologia científica, que promove o cuidado ao modo da preocupação substitutiva. A visão instrumental reduz os fenômenos à relação causa-consequência. Dessa forma, ocorre um obscurecimento no qual o controle aparece como único modo de articulação possível. Todas as questões passam a ser encaradas através da lógica do controle. Em nosso tempo, essa lógica direciona os esforços para a busca de mecanismos que possibilitem medir, prever e controlar os fenômenos. Nessa busca incessante, a instrumentalidade promove a eficiência como finalidade. Ou seja, o controle do controle. É preciso não apenas controlar, mas garantir que os controles sejam eficazes. Estabelece-se uma ética da eficiência, que se opõe à ética do cuidado.

Neste sentido, os testes psicológicos parecem estabelecer uma relação clara com a instrumentalidade. Sua tradição remonta à França do início do séc. XX, onde a pedagogia científica encontrou na psicologia as ferramentas necessárias para aumentar a eficiência do ensino escolar. Quando concebida, a escala Binet-Simon tinha por objetivo medir a capacidade de aprendizagem para que fosse possível agrupar os alunos em classes homogêneas, e promover o ensino seriado. Essa escala é tida como a origem da tradição da testagem psicológica. Ela foi criada como um meio para alcançar um fim, e é esse o sentido comumente associado aos testes até os dias atuais. Um sentido completamente instrumental, já que a relação entre meio e finalidade só é possível a partir de uma ética da eficiência.

O modelo de clínica que almejamos busca romper com a visão instrumental, e, portanto, surge à primeira vista um movimento de afastamento em relação à mensuração psicológica. No entanto, em nosso entendimento faz-se necessária uma abordagem mais detida desta problemática. Simplesmente ignorar uma das principais atividades da psicologia

embasados em tão poucas evidências não nos parece um caminho aceitável, sobretudo porque uma atitude fenomenológica requer uma meditação mais demorada. Adotar a atitude fenomenológica nos impõe a tarefa de seguir adiante, de não parar nas preconcepções. É preciso refletir, e permitir a abertura necessária para que o fenômeno possa mostrar-se.

Com relação ao uso dos testes na prática profissional dos psicólogos, Padilha et al (2007) indica que os instrumentos mais utilizados são os testes de personalidade, enquanto a pesquisa de Joly et al (2007) aponta que essa é a segunda categoria mais utilizada. Noronha, Primi e Alchieri (2004) também mostram que, dentre os testes disponíveis para comercialização no Brasil, os de inteligência e os de personalidade são os disponíveis em maior número e diversidade.

Com relação à adequação dos instrumentos, Noronha et al (2004) realizaram uma pesquisa consultando 146 testes comercializados no Brasil. Foram verificados aspectos relativos à medida, padronização, validade e precisão dos instrumentos. Os resultados revelaram que somente 28,8% dos testes consultados possuíam menção a estudos relativos à precisão, validade e padronização. A conclusão do artigo aponta que “a psicologia brasileira tem-se caracterizado por despender pouca atenção aos fundamentos científicos de sua prática profissional” (p. 94). Tal relato é alarmante, principalmente quando proferido por um grupo de pesquisadores do qual faz parte Primi, autor que já fez parte da comissão indicada pelo CFP. Contudo, o foco de nosso trabalho não é a qualidade estatística dos testes, mas sim o modo como os testes vem sendo empregados, às vezes indiscriminadamente, e os fins a que podem estar servindo.

Nossa revisão bibliográfica fez-nos concordar com Patto (1997) em relação às críticas comumente feitas aos testes psicológicos:

A crítica dos testes tem sido feita em diferentes níveis de profundidade: dos conteúdos; da definição de inteligência e de personalidade em que se apoiam; do critério estatístico e adaptativo de normalidade que lhes serve de base; da situação de testagem propriamente dita; da teoria do conhecimento a partir da qual eles são gerados. (PATTO, 1997, p. 2)

Nosso objetivo difere dessas críticas, focadas na lógica interna dos testes. Queremos compreender os sentidos que estão em jogo quando os testes são utilizados, para podermos pensar sobre seu lugar em uma psicologia de perspectiva fenomenológico-existencial.

Para Balbinotti (2005) os testes devem ser utilizados “quando se procura um emprego, quando se inicia um tratamento psicológico, quando se avaliam características, capacidades ou habilidades pessoais, e mesmo diversos outros aspectos inseridos nas perspectivas clínica,

escolar, organizacional, judicial (e muitas outras)” (p.44). Esta indicação nos revela certo clamor pelo uso dos testes, que pode ter como consequência um uso naturalizado e, portanto, irrefletido dos instrumentos.

Nas escolas os testes vêm sendo utilizados para suprir uma demanda majoritariamente disciplinar. Nestas instituições este objetivo é muito claro, pois como relatado por Patto (1997):

Encaminhar para diagnóstico os alunos que não correspondem às expectativas de rendimento e de comportamento que vigoram nas escolas é um anseio de professores, técnicos e administradores escolares que um número crescente de psicólogos que trabalham em consultórios particulares ou em centros públicos de saúde tem ajudado a realizar. (PATTO, 1997, p. 1)

Nesse sentido, o psicodiagnóstico é utilizado para identificar no aluno o que haveria em seu interior que o impediria de seguir a norma. Os testes são utilizados como suporte na busca de uma causa que seja capaz de explicar o comportamento desviante da criança, para que mediante o diagnóstico, seja possível traçar o prognóstico e indicar-se um tratamento para corrigir o desvio.

No início do séc. XX o papel disciplinador dos testes manifestou-se na organização de classes homogêneas, através da aplicação da escala Binet-Simon como resposta à demanda do governo francês. Nos dias atuais, a própria organização delineada pela aplicação dos testes nas escolas clama por mais testes. Uma vez que a organização das escolas não esteja mais em questão, resta aos testes o papel de garantir a manutenção desse arranjo. Em última instância, as crianças são submetidas à aplicação dos testes para garantir o próprio funcionamento das escolas, quando seu comportamento não é compatível com o ordenamento desejado nessas instituições.

Nas empresas, por sua vez, a demanda mais comum é a seleção de pessoal. Acredita-se que os testes em conjunto com entrevistas são capazes de averiguar se uma pessoa é ou não adequada a uma determinada vaga. Outros usos comuns são a aplicação de testes para realocação de profissionais com rendimento abaixo do esperado e a aplicação de testes em profissionais com cargos de liderança para promover melhorias de caráter individual através de práticas de *coach* ou similares.

Já nas instituições judiciárias comumente os testes são utilizados para averiguar o nível de periculosidade em exames criminológicos de condenados, além de serem atualmente utilizados para avaliação psicológica de crianças em situação de disputa de guarda parental (LAGO; BANDEIRA, 2008), dentre outras aplicações.

Há, portanto, uma demanda majoritariamente disciplinar na utilização dos testes psicológicos. Quando utilizamos estes instrumentos estamos, de início e na maioria das vezes, promovendo um disciplinamento social. Esse uso irrefletido é, portanto, uma manifestação do pensamento calculante tal como proposto por Heidegger (2007). Em contraposição ao pensamento calculante, que maquina e controla, Heidegger propõe como alternativa o pensamento meditante. Esse modo de pensar, caracterizado pelo demorar-se nas coisas, está intimamente relacionado à serenidade (*Gelassenheit*), que remonta à tradição cristã de uma submissão mística, e na obra de Heidegger tem o sentido de um “deixar-ser”, de um “relaxamento” frente às coisas, caracterizado por uma atitude serena. Não se trata de uma atitude submissa ou apática, mas justamente de um dizer sim e não ao mesmo tempo. Ou seja, a *Gelassenheit* enquanto caminho de pensamento possui a ambigüidade como uma característica central.

Para compreender de que modo a serenidade pode fundamentar a mensuração psicológica e buscar ainda outros fundamentos possíveis, realizamos a revisão bibliográfica de casos clínicos da perspectiva fenomenológico-existencial em que esteja presente o uso de testes psicológicos. Nosso intuito é verificar de que modo eles são utilizados a partir desta perspectiva clínica. Encontramos quatro casos que poderiam ser abordados neste texto. Contudo, devido à limitação de quantidade de páginas imposta por esse formato de trabalho, optamos por incluir apenas um, no qual estão presentes os fundamentos que pretendemos destacar.

Os Testes Psicológicos na Clínica Fenomenológico-Existencial

Em Feijoo (2017) somos apresentados à situação clínica de José, um menino de 11 anos que poderia ser confundido com as personagens literárias Bentinho, João sem Medo e Menino Maluquinho. Através do uso de metáforas literárias, a autora busca outros modos de compreensão da Síndrome de Gilles de La Tourette. Ela mostra que mesmo possuindo todas as características da síndrome, o menino também poderia ser identificado através de fábulas. Mais que isso, as fábulas, quando submetidas ao diagnóstico psicológico e médico correriam o risco de ser reduzidas à mera classificação do quadro psicopatológico:

Se imaginarmos essas mesmas crianças sendo encaminhadas para um psicólogo sob a alegação de que eram *crianças problemas*, não há a menor dúvida que elas entrariam no consultório desse psicólogo pelos nomes de Menino maluquinho, João e Bento e sairiam com outras identidades, quais sejam: o hiperativo, o destemido e o obsessivo-compulsivo. A experiência existencial de cada um desses meninos seria

esquecida e prontamente reduzida a uma categoria de diagnóstico. (FEIJOO, 2017, p. 19)

Ainda segundo a autora:

A experiência existencial de cada um desses meninos seria esquecida e prontamente reduzida a uma categoria de diagnóstico. A Psicologia e a Psiquiatria, como ciências naturais, transformam a experiência humana em transtornos psíquicos com uma eloquência tão eficaz que passamos a nos esquecer da experiência mais originária do homem em sua pluralidade, complexidade e incontornabilidade. (FEIJOO, 2017, p. 25)

Assim, verificamos a eficiência dos diagnósticos, acompanhados de sua insuficiência. Eles são eficientes porque são capazes de identificar características e prever comportamentos de maneira até mesmo surpreendentes, porém são insuficientes ao não abarcarem por completo a experiência humana. Sendo assim, o diagnóstico, por si só, não é o que fundamenta a utilização dos testes na clínica fenomenológico-existencial.

Na situação em questão, faltava ao menino José uma identidade. Ele era filho de médicos, e os pais, extremamente preocupados, já haviam consultado diversos especialistas, sem sucesso na busca de uma explicação para o comportamento do filho. O menino já havia recebido diversas classificações identificatórias, tais como: autismo, transtorno obsessivo-compulsivo, e uma suspeita de sociopatia. Diante das características de José, também foi necessário aplicar testes psicológicos para realizar o diagnóstico diferencial da SGT. Além disso, os testes também foram necessários para formular um laudo a ser enviado à escola de José, que exigia uma resposta da Psicologia para os “problemas de ajustamento” do rapaz. Sobre essa questão, escreve a autora:

O leitor deve estar se perguntando, psicodiagnóstico, laudo. Como assim? Traçar um perfil, fazer um diagnóstico, prescrever? Tudo isso não iria contra todas as idéias que estamos desenvolvendo aqui? Sim e não. (...) Caso José quisesse continuar a frequentar essa escola, eu corresponderia à exigência da instituição. Caso ele não quisesse, o rumo seria outro. Acontece que no encontro seguinte, perguntei ao menino sobre seu interesse em continuar na escola em que se encontrava. Ele respondeu, sem pensar: *“quero, essa foi a escola em que eu me senti mais à vontade, as professoras e meus colegas são legais. Às vezes bato e cuspo neles porque eles ficam rindo de mim, mas depois me arrependo. É que na hora, não sei o que acontece, que eu bato.”* (FEIJOO, 2017, p. 36)

O sim de Feijoo (2017) ao uso dos testes, portanto, não é um sim absoluto. Seu não, em contrapartida, também não é um não absoluto. Ela resguarda, com sensibilidade, a possibilidade de que o menino possa decidir sobre esse aspecto de sua própria existência. Na aplicação dos testes, ela continua sustentando a ambigüidade de dizer sim e não ao mesmo tempo:

Durante a aplicação do primeiro teste neuropsicológico, José e eu nos divertimos muito. Em um primeiro momento, ele negou-se radicalmente a realizar a tarefa e, ainda ficou muito irritado com a proposta. Nesse momento, lembrei-me que ele gostava muito da Escolinha do professor Raimundo. Propus a brincadeira de imitarmos a escolinha. Ele decidiu que eu seria o professor Raimundo e ele seria um dos personagens. Ele escolheu ser um personagem que sabe sempre todas as respostas às perguntas do professor. Só que no decorrer da brincadeira, ele imitava tão bem os outros personagens que eu não consegui conter o riso. Quanto mais eu ria mais ele se esmerava na imitação. Chegamos ao final da sessão, e eu me dei conta que havia rompido com as normas de objetividade e neutralidade necessárias na aplicação dos testes. Sem as quais, os resultados não teriam nenhuma validade. Resolvi ignorar isso (...) (FEIJOO, 2017, p. 40)

Aqui, a ambiguidade de responder sim e não aos testes manifesta-se na possibilidade de utilizá-los sem que para isso suas normas e prescrições devam ser seguidas à risca. Nesse sentido, é possível assumir uma atitude distinta da investigação científica, resguardando outras possibilidades de encontros existenciais. O teste pode ser um meio de viver, junto ao analisando, experiências que não ocorreriam somente por meio da fala e da escuta. Sendo assim, os testes podem ser instrumentos extremamente potentes na clínica fenomenológico-existencial, desde que fundamentados em outros pilares, que não os técnico-científicos.

Esse dizer sim e não está pautado pela serenidade (*Gelassenheit*) a que se refere Heidegger (2000). A serenidade seria, para Heidegger, uma forma de contrapor-se ao horizonte da técnica moderna (HEIDEGGER, 2007). Por meio da técnica, o homem relaciona-se através da instrumentalidade, conquistando a todos os entes por meio de seus usos, desafiando-os. A técnica é, para ele, um horizonte no qual o homem perdeu sua morada. Ele tornou-se distante da natureza e dos costumes tradicionais, enraizados. A serenidade, por outro lado, permite ao homem utilizar-se da técnica sem que para isso ele necessite tornar-se escravo dela. Nisso consiste a ambiguidade de dizer sim e não ao mesmo tempo. É um modo de relacionamento mais liberto, pois mantém em suspenso as respostas definitivas.

A serenidade é, dessa forma, um dos fundamentos possíveis para a utilização dos testes psicológicos. No entanto não é a única. A paciência, no sentido proposto por Kierkegaard, também é um fundamento possível. Ainda nessa situação clínica, nos diz Feijoo:

E quanto ao psicodiagnóstico? A escola insistiu em que esse fosse entregue, já que isso fazia parte dos procedimentos da instituição. Anteriormente, referi-me ao sim e não ao psicodiagnóstico. Sim e não psicodiagnóstico, o que isso quer dizer? Sim, porque os diagnósticos dizem respeito a um modo de intervenção terapêutica presente em nosso mundo. Mundo totalmente tomado por uma ordem tecnocrata. E, além disso, facilita a comunicação com outros profissionais uma vez que esta se dá de modo inequívoco. Não, uma vez que a relação que eu estabeleceria com José dizia respeito a algo que apareceria na própria experiência de nossa relação. Ou seja, não seria permeada por nenhuma identidade previamente estabelecida. (FEIJOO, 2017, p. 38)

Apesar, de estar se referindo à serenidade e à técnica neste trecho, consideramos que a fala de Feijoo pode ser interpretada também pelo viés da paciência kierkegaardiana. Segundo Feijoo et al (2013):

Para atrair o homem perdido na multidão, é necessário dispor de um conhecimento sobre os conteúdos das demandas da multidão. Deve-se ser capaz de descrever o mundo com todos os seus encantos e com o tom de paixão daquele que se deixa levar pela multidão. Deve-se mostrar petulante para o ouvinte jovial, triste para o melancólico, espiritual e porventura gostar de belas palavras, mas sem esquecer que este ajudante – na tarefa de ajudar – deve manter-se num exercício permanente de reflexão e apropriação da sua singularidade, de modo a não se deixar perder também na multidão. Na comunicação indireta, por meio de disfarces, faz-se necessário o desprendimento em relação à opinião que se tem a respeito das coisas, sem esquecer-se de que, ao se colocar na posição do outro, tem-se a intenção de desfazer sua ilusão – e, nisto, é que reside a diferenciação entre ajudante e ajudado. (FEIJOO, 2013, p. 48)

Esta é uma bela descrição do que é a paciência para Kierkegaard. A paciência é a virtude do bom ajudante, por meio da qual ele mergulha na ilusão do ajudado para que possa fazê-lo se dar conta de sua condição e libertar-se de suas ilusões. O bom terapeuta, em uma perspectiva fenomenológico-existencial, deve ser como o bom ajudante. Ele não precisa falar as palavras certas, certas, para causar uma transformação naquele que busca sua ajuda. Pelo contrário, deve utilizar não as palavras certas, mas apenas as necessárias. Necessárias para que o outro possa apropriar-se de sua própria condição.

Não seria então a utilização dos testes psicológicos uma maneira de dialogar com o próprio horizonte de sentidos presente em nosso tempo? Utilizar-se da técnica é um meio de conversar com aquele que, iludido, relaciona-se apenas por meio da técnica, principalmente por meio do cálculo de vantagens e desvantagens. Sendo assim, há certo caráter libertador nesse modo de utilização dos testes, e a paciência pode então configurar-se como um fundamento possível para a utilização de instrumentos de mensuração psicológica, sejam eles psicométricos ou projetivos. Em relação aos testes psicométricos, basta que tenhamos em mente que ao seguir suas prescrições não estamos medindo apenas características psicológicas individuais, mas estamos medindo almas.

Em conclusão, os fundamentos que sustentam a utilização dos testes psicológicos em uma clínica psicológica de perspectiva fenomenológico-existencial não são ordinários. Não há nada de comum neles. Eles são completamente distintos dos motivos usuais para o emprego destes instrumentos. No lugar de fundamentos técnico-científicos, temos a *serenidade* e a *paciência* como pilares.

Considerações Finais

Verificamos, retomando o início da história dos testes psicológicos, que estes instrumentos foram utilizados, em um primeiro momento, para sustentar as reformas e reorganizações sociais almejadas, como na criação da escala Binet-Simon. Passadas algumas décadas, a aplicação dos testes psicológicos tornou-se prática exclusiva dos profissionais de psicologia e orientadores educacionais, com a promulgação da Lei 4.119 em 1962, durante a ditadura militar. Os fundamentos, todavia, permaneceram muito similares. Eles continuaram consonantes com os preceitos técnicos e científicos de nosso horizonte histórico.

Analisando uma situação clínica da perspectiva fenomenológico-existencial, nos deparamos com uma possibilidade de escape aos fundamentos ordinários, impessoais, para a utilização dos testes. Percebemos que a serenidade e a paciência, nos termos apresentados neste trabalho, podem constituir os pilares de sustentação para outros modos de utilização dos testes. Por meio da serenidade, é possível dizer não aos ditames técnico-científicos mas dizer sim aos testes. Por meio da paciência, é possível mergulhar na ilusão de nosso tempo, na tentativa de resguardar possibilidades para aqueles que buscam nosso auxílio.

Sendo assim, é possível utilizar testes psicológicos na clínica fenomenológico-existencial sem incorrer nos problemas usualmente relacionados a essa prática. A *práxis* da mensuração psicológica pode ser compatível com o *ethos* terapêutico que almejamos, qual seja: a ética do cuidado. No entanto é preciso ter cautela para não nos pautarmos nos preceitos técnico-científicos, mas, antes, nos pilares da serenidade e da paciência.

Referências Bibliográficas

- BALBINOTTI, M. A. A. Para se avaliar o que se espera: Reflexões acerca da validade dos testes psicológicos. **Aletheia** 21, jan./jun. 2005. pp. 43-52.
- BASTOS, A. V. B.; GONDIM, S. M. G. (Eds.). **O Trabalho Do Psicólogo no Brasil**. Porto Alegre: Artmed. 2010.
- BASTOS, A. V. B.; GOMIDE, P. I. C. O psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 9, n. 1, 1989. pp. 6-15.
- FEIJOO, A. M. L. C. de; PROTASIO, M. M. Os desafios da clínica psicológica: tutela e escolha. **Rev. abordagem gestalt.**, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 167-172, dez. 2010.
- FEIJOO, A. M. L. C. de; MATTAR, C. M.; FEIJOO, E. L.; LESSA, M. B. M. F.; PROTASIO, M. M. **O pensamento de Kierkegaard e a clínica psicológica**. Rio de Janeiro: IFEN, 2013.

- FEIJOO, A. M. L. C. de. Uma ou quatro crianças em um consultório de psicologia: José e também, Menino Maluquinho, João sem medo e Bentinho? In: FEIJOO, A. M. L. C. de; FEIJOO, E. L. (Orgs.) **Situações Clínicas 2: Infantil**. 1ª ed. Rio de Janeiro: IFEN, 2017.
- HEIDEGGER, M. **Serenidade**. São Paulo: Instituto Piaget, 2000.
- HEIDEGGER, M. A questão da técnica. In: **Scientia Studia**, São Paulo, v. 5, n. 3, 2007.
- HEIDEGGER, M.; BOSS, M. (Org.) **Seminários de Zollikon**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- JOLY, M. C. R. A.; SILVA, M. C. R.; NUNES, M. F. O.; SOUZA, M. S. Análise da produção científica em painéis dos congressos brasileiros de avaliação psicológica. **Avaliação Psicológica**, 2007, 6(2). pp. 239-252.
- LAGO, V. de M.; BANDEIRA, D. R. As práticas em avaliação psicológica envolvendo disputa de guarda no Brasil. **Aval. psicol.**, Porto Alegre , v. 7, n. 2, ago. 2008. pp. 223-234.
- NORONHA, A. P. P.; PRIMI, R.; ALCHIERI, J. C. Parâmetros psicométricos: uma análise de testes psicológicos comercializados no Brasil. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 24, n. 4, dez. 2004. pp. 88-99.
- PADILHA, S.; NORONHA, A. P. P.; FAGAN, C. Z. Instrumentos de Avaliação Psicológica: Uso e Parecer de Psicólogos. **Avaliação Psicológica**, 2007, 6(1), pp. 69-76.
- PATTO, M. H. S. Para uma Crítica da Razão Psicométrica. **Psicol. USP**, São Paulo, v.8, n.1, 1997. Pp. 47-62.
- SANTOS, D. de G.; SÁ, R. N. de. A existência como "cuidado": elaborações fenomenológicas sobre a psicoterapia na contemporaneidade. **Revista da Abordagem Gestáltica**, v. 19, n. 1, p. 53-59, 2013.